



O IMPÉRIO ROMANO COMO ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3504

Alex Aparecido da Costa, UEM

Renata Lopes Biazotto Venturini, UEM

Resumo

A historiografia exige que, além de situarmos nosso objeto de estudo em seu contexto, tenhamos consciência de que nossa escrita da história está estreitamente ligada ao nosso próprio tempo. Reflexões feitas a partir dessa ideia vêm marcando os estudos mais recentes sobre o Império Romano. Esses estudos consideram que a análise do passado não ocorre desvinculada das preocupações do presente, o que exige que o historiador esteja consciente dessa condição sob a qual está submetido para evitar o uso de ideias e conceitos sem o devido exame crítico. Assim, ressaltamos que o debate sobre a globalização atual está interagindo e transformando nosso entendimento sobre a sociedade romana, oferecendo novas formas de entendê-la a partir da crescente consciência do caráter global de nosso mundo. Diante disso, o objetivo dessa comunicação é destacar a forma como tópicos ligados aos estudos da identidade, relações de poder, resistências e trocas culturais e políticas vêm favorecendo o estudo do Império Romano como espaço de integração. Nesse sentido destacamos que a integração do mundo romano tinha uma relação de interdependência com o processo de estabelecimento do sistema imperial, baseado na estabilidade política e territorial, e na melhora do aparato administrativo e tributário, sob o qual estavam submetidos os súditos nas províncias do Império.

Palavras Chave:

Administração provincial; identidade; relações de poder; trocas culturais.

Introdução

A historiografia exige que, além de situarmos nosso objeto de estudo em seu contexto, tenhamos consciência que nossa escrita da história está estreitamente ligada ao nosso próprio tempo. Reflexões feitas a partir dessa ideia vêm marcando os estudos mais recentes sobre o Império Romano. A obra de Hingley é exemplar nesse sentido. Esse autor explica que o estudo do passado não ocorre desvinculado das preocupações do presente (HINGLEY, 2005, p. 4) e acrescenta que se o historiador não tiver a consciência dessa condição a qual está submetido arrisca-se a utilizar ideias ou conceitos sem o devido exame crítico (HINGLEY, 2005, p. 9). Nesse sentido ele afirma que as ideias sobre a globalização atual estão interagindo e transformando nosso entendimento sobre a sociedade romana, oferecendo novas formas de entendê-la a partir da crescente consciência do caráter global de nosso mundo (HINGLEY, 2005, p. 1). Em outro trabalho o autor também explica seu posicionamento:

Não estou argumentando que o Império Romano e impérios contemporâneos representam a mesma coisa, mas que interesses atuais, preocupações e tradições intelectuais conduzem os modos como as pessoas selecionam seus textos e materiais arqueológicos e também as formas que os estudiosos desenvolvem ideias sobre o passado (HINGLEY, 2011, p. 105).

Dentro dessa abordagem que propõe pensar o Império Romano a partir do contexto atual, o diálogo com temas da globalização também é apontado como possibilidade por Woolf (2012, p. 227). Entre os pontos destacados por ele e que podemos apontar como relevantes para nossa pesquisa a questão da identidade é importante. O entendimento do conceito de identidade no contexto da

globalização pode ser explicado a partir da obra de Hall (1999), segundo esse autor a identidade deve ser entendida a partir dos processos de interação entre os indivíduos, bem como das posições sociais por eles ocupadas. Assim, essa concepção de sujeito é marcada por uma multiplicidade de identidades possíveis em razão de processos de mudanças e reacomodações exigidos por deslocamentos múltiplos, constantes, ambíguos e contraditórios que marcam o conceito contemporâneo de identidade. Essa concepção permite-nos evitar um entendimento simplificado do panorama cultural em que a pesquisa se insere, pois tratamos nas cartas do livro 10 das *Cartas* de Plínio com uma província de tradição grega em um contexto de diversidade diante de certa busca de hegemonia de modelos romanos por parte das autoridades imperiais. Essa busca de estabelecer padrões romanos para o Império também pode ser mais bem compreendida a partir das ideias de Hall sobre efeitos da globalização sobre a formação de culturas nacionais. Para ele, a ideia de cultura nacional é um discurso usado em favor das necessidades políticas de forjar identidades mesmo diante do fato de que o processo de formação da ampla maioria das nações foi marcado por conquistas e pelo extermínio humano e cultural do outro. As discussões de Hall sobre as noções de identidade são pensadas a partir dos efeitos do processo de globalização. Em síntese, para o autor, a globalização tem o efeito de deslocar as pretensas identidades baseadas em culturas nacionais, tornando-as sempre mais diversificadas e politizadas em oposição à tendência homogeneizante que a cultura globalizante procura impor, poderíamos dizer, de cima para baixo, ou de fora para dentro. Em outras palavras, a característica impositiva da globalização com seus modelos culturais, econômicos e sociais, pretensamente superiores por seres oriundos das regiões mais desenvolvidas economicamente, acaba por contrastar com as identidades locais,

que se reafirmam de forma reativa, buscando sobreviver. Nesse sentido, embora não devamos deslocar as propostas de Hall¹ diretamente para nossa análise das *Cartas*, devemos perceber que elas são úteis para pensarmos a questões daquele período, pois proporcionam uma renovação da abordagem a partir de uma preocupação do presente e também por guardarem certas convergências com temas do mundo imperial ao lidar com questões de interações culturais e relações de poder que são verificadas tanto no presente quanto no passado. Woolf (2012, p. 229) oferece-nos como exemplos de processos de interação e formação de identidades de indivíduos os casos de judeus e gregos inseridos no mundo romano: os judeus da Diáspora optaram por cultos baseados nas escrituras abandonando os rituais do Templo; os gregos, por sua vez, perceberam que sua educação era mais fácil de transferir do que rituais baseados em santuários ancestrais.

Outros autores também dão relevo ao papel que o tema da globalização para pensarmos o Império Romano. Hidalgo de la Vega (2005) fala sobre resistências culturais frente às hegemonias presentes em processos como os da globalização. Trata-se de uma discussão que permite diversos paralelos com estudos acerca do Império Romano, onde diversas comunidades empreenderam várias formas de resistência às políticas dos césares. Há ainda duas explicações mais abrangentes que enfatizam a proposta de abordagem que estamos procurando justificar:

O Império Romano sobrevive na história como um “modelo cognitivo” de identificação de Império, dando origem a reflexões gerais sobre a natureza do homem e da sociedade, bem como acerca

das forças morais e naturais que asseguravam a duração ou provocaram a derrocada de um determinado sistema social. Apresenta uma variedade complexa de semelhanças e diferenças com situações de nossa contemporaneidade, as quais contribuem para um melhor entendimento do nosso tempo presente, assim como, o presente interage na forma como construímos o estudo do passado (MENDES, 2007, p. 27). A própria globalização contemporânea, por fim, não surgiu de repente, do nada. Ela é fruto de processos de integração muito anteriores, que se acumularam ao redor do globo nos últimos milênios. Por isso perguntar como se dá um processo de integração no tempo e no espaço, é uma questão relevante. Não porque todos os processos sejam iguais, mas porque somos o resultado de todos eles, assim como nosso futuro será definido pela maneira como atuarmos como indivíduos, sociedades, religiões, culturas ou Estados, aproximando-nos ou afastando no tempo presente, seja cooperando ou competindo entre nós. O mundo mediterrânico não nos oferece respostas precisas, mas nos propõe questões que são contemporâneas e muito importantes (GUARINELLO, 2014, p. 174).

As palavras de Mendes sintetizam os paralelos que justificam a análise do Império Romano a partir de questões do presente; Guarinello também segue nessa linha, destacando ainda a relevância do estudo de processos de integração, ponto central de nossa discussão acerca da correspondência entre Plínio e Trajano. Ao explicar que a globalização é resultado de processos de integração anteriores, o autor ressalta o caráter contínuo, embora não linear, reiteramos, do transcurso da história. Assim, suas colocações indicam que perguntas propostas a partir de determinadas questões tem sua

¹ No próximo tópico deste capítulo apresentaremos o conceito de identidade em discussões historiográficas mais focadas no contexto imperial romano.

importância por que estão fundamentalmente inseridas no processo histórico do homem no tempo, e não apenas por emergirem de temas e recortes de pesquisa considerados mais importantes. De qualquer forma, o trabalho do historiador e sua capacidade de formular e discutir hipóteses tem sempre um peso significativo e essencial para dar relevância a essas questões.

Objetivos

Dedicaremos as próximas páginas deste artigo para detalhar como a historiografia recente entende os processos de integração no Império Romano. Antes, porém, devemos apontar, ainda que sinteticamente, como a historiografia atual vê as formas como o mundo romano era compreendido em contraste com seu presente entendimento como espaço de integração. Nesse sentido, uma das percepções mais apontadas diz respeito ao uso de leituras sobre o Império Romano para respaldar o imperialismo europeu dos últimos séculos, trata-se de um tema discutido por Hingley:

Durante o fim do século XIX e início do século XX muitos acadêmicos, políticos e escritores argumentaram que seu país tinha assumido o manto imperial romano, enquanto as políticas civis e militares romanas pareciam particularmente informativas para as gerações imperiais contemporâneas (HINGLEY, 2005, p. 8).

Bustamante (2006, p. 109-110) exemplifica essa tendência lembrando que os romanos concebiam sua sociedade como “civilizada” em oposição aos povos ditos “bárbaros”, essa compreensão foi então transposta para os séculos recentes e favoreceram o imperialismo europeu. Essa forma de interpretar o Império Romano perdeu força a partir da desagregação dos impérios coloniais após a Segunda Guerra, quando ocorreu o que Guarinello (2014, p. 39) chamou de

“descolonização” da História Antiga. Segundo o autor, essa mudança representou o rompimento com a ideia de civilização superior imposta pelo conquistador e acolhida passivamente pelos povos dominados e deu lugar ao entendimento da continuidade de resistências e negociações entre conquistados e conquistadores. Isso levou a uma

Maior atenção para as realidades locais e a necessidade, até então pouco explorada, de explicar o próprio fato da manutenção e permanência do Império por longos séculos. A ênfase da bibliografia deslocou-se, assim, do problema da queda do Império, que havia assombrado gerações desde Gibbon, para o do mistério de sua sobrevivência (GUARINELLO, 2010, p. 114).

Guarinello (2010, p. 114) ressalta também que antes dessa mudança as narrativas acerca do mundo romano concentravam suas explicações a partir da perspectiva da capital do império. Ele aponta duas abordagens exemplares desta concepção: uma era o estudo do Império enfatizando sua constituição governamental e administrativa enquanto reacomodações das instituições; a outra obedecia à tradição dos historiadores do Mundo Antigo que construía narrativas históricas tendo como ponto de referência a biografia dos imperadores. O autor destaca ainda que dentro dessas perspectivas as regiões provinciais eram negligenciadas, para elas a única perspectiva dentro da historiografia era serem incorporadas aos modelos políticos, culturais e econômicos oferecidos por Roma. Podemos ilustrar a presença dessas abordagens mesmo em fins da década de 1960, em um estudo de Zuckermann (1968) no qual são discutidos os encargos dos procuradores na Bitúnia em nosso período. O mesmo reflete características apontadas por Guarinello combinando-as: ênfase em aspectos administrativos e vinculação dos

funcionários com os imperadores reinantes. Além de compartilhar com nossa pesquisa o recorte temporal e geográfico a discussão recorre constantemente, e isso é compreensível, às cartas do livro 10 de Plínio. Todavia, a abordagem da fonte e o objetivo da pesquisa são bastante distintos dos nossos. Enquanto em nossa tese buscaremos verificar a presença de ações de integração da Bitúnia na correspondência entre Plínio e Trajano o artigo citado propõe examinar “todas as carreiras dos procuradores da Bitúnia a fim de determinar suas funções nesta província senatorial” (ZUCKERMANN, 1968, p. 42)².

Em função de nossa proposta de estudar a hipótese da presença de ações promotoras de integração no livro 10 das *Cartas*, devemos estabelecer o que a historiografia entende por integração no contexto do Império Romano. Todavia, devemos esclarecer que ao envolver vários aspectos, entre eles os culturais, políticos e econômicos, propor um conceito único para a ideia de integração acabaria por trazer um efeito reducionista nas discussões que pretendemos estabelecer. Assim, apontaremos aqui as formas de compreensão que compartilhamos com alguns autores sobre a ideia de integração. Para Noreña (2010, p. 533-534) a integração surgiu do processo que levou ao estabelecimento do sistema imperial desenvolvendo-se de forma interdependente. O autor enfatiza que estabilidade política e territorial tem função cooperativa e encontraram no mundo romano situação favorável com o

advento do Império, quando houve uma melhora no sistema administrativo das províncias e no sistema tributário. Ao lado dessas mudanças fundamentais na estrutura do estado ocorreu também

Uma intensificação da integração cultural e econômica na bacia do Mediterrâneo, e isto também reforçou a estabilidade política e territorial. O mundo mediterrâneo dos primeiros dois séculos de nossa era, então, pode ser visto como uma configuração original de poder, na qual uma rede interconectada nos campos político, militar, econômico, cultural e ideológico convergiu para produzir o que chamamos de Império Romano (NOREÑA, 2010, p. 534).

Entretanto, embora a integração assim descrita possa parecer um quadro positivo, ela guarda aspectos que denunciam os limites de seu alcance em relação a camadas mais amplas da população imperial. Pois, ainda segundo o mesmo autor, ela servia principalmente aos interesses das aristocracias imperiais e provinciais, já que idealizava e legitimava “uma ordem social e política na qual a distribuição de riqueza e poder era notadamente desigual” (NOREÑA, 2010, p. 541).

Hidalgo de La Vega (2005, p. 278), por sua vez explica que o processo de integração, embora contraditório entre sua realidade e sua concepção teórica aparece revestido de uma propaganda e de um programa de ação política. Entre seus efeitos estava a conscientização dos súditos do Império de seu pertencimento a um Estado em oposição aos povos no seu exterior. Contudo, este sentido de pertencimento não perdia seu caráter de controle, fazendo ressurgir sentimentos de identidades locais reforçados como forma de resistência em certas circunstâncias (Hidalgo de La Vega, 2005 p. 281-282). Para outra autora a integração foi um entre os elementos importantes que permitiram a

² Ao destacarmos rapidamente o trabalho de Zuckermann, nosso pensamento não foi o de propor uma comparação, pois entendemos que “não há erro nas interpretações passadas, mas acúmulo de conhecimento e superação” (GUARINELLO, 2014, p. 14). Assim, nossa intenção foi realçar por contraste nossa proposta de pesquisa e sua vinculação com as questões atuais de um mundo marcado pelas contradições da globalização.

constituição do Império Romano, que era

Uma entidade política centralizada, fundamentada numa estrutura celular e concêntrica, cujo poder hegemônico era exercido através de relações de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semi-periferias e periferias, cuja existência foi criada e reproduzida historicamente numa dinâmica de exploração, de integração, de interação e de diversidade cultural (MENDES, 2007, p. 30).

Em alguns casos, a ideia de “romanização”, tradicionalmente usada para descrever uma superada visão civilizatória do Império Romano, aparece como um conceito reciclado e semelhante ao de integração que, de certa forma, o substituíam. Nesse sentido, a romanização entendida como “fusão de instituições e culturas imperiais e locais [...] [e] fruto conjunto da atuação dos governos centrais e de iniciativas locais” (GARNSEY & SALLER, 1991, p. 237) pode figurar como sinônimo de integração, porém de forma limitada. E, ao que parece, foi a limitação da ideia de romanização que possibilitou o surgimento da noção de integração no estudo do mundo romano, por ser mais apropriada para chamar a atenção para outros aspectos em seu interior. Entre esses aspectos convém, no contexto de nossa pesquisa, destacar dois tipos, um deles ligado à região ocidental e outro à região oriental do Império.

Resultados

Resumidamente, na região ocidental, onde havia poucas cidades, a urbanização e o estabelecimento de instituições romanas nessa parte do Império foi uma mudança bastante notável diante das organizações tribais das sociedades que ali viviam. Em virtude disso, a adaptação das culturas locais aos modelos romanos foi visto como tema dominante. Trata-se de uma visão presente ainda em décadas recentes

mesmo entre historiadores de regiões que outrora eram províncias romanas:

Com o fim das guerras cantábricas e a reorganização administrativa da Hispânia, começa uma nova era. A península, pacificada, perde seus traços culturais próprios, salvo naquelas regiões do norte e noroeste, onde a situação de atraso se mantém por mais tempo.³ A romanização uniformizante vai se estendendo por todas as partes (TOVAR & BLAZQUEZ, 1975, p. 122).

Esse pensamento, que dava um relevo maior para o papel das instituições romanas em detrimento daquelas dos povos locais, ignorava processos mais complexos de hibridização. Esses processos operavam nos campos culturais, no cotidiano e em outras relações que escapavam das ocorrências de domínios políticos, jurídicos e militares entre os poderes locais e Roma. Ao não considerá-los o conceito de “romanização” expunha seus limites, e, em outras palavras, ignorava que “as condições de produção cultural são mais complexas” (WOOLF, 2004, p. 163).

Também sintetizando, podemos dizer que, diferente do Ocidente conquistado por Roma, o mundo oriental ostentava há séculos tradições que dominaram o Mediterrâneo antes mesmo da consolidação do Império Romano. No Oriente a urbanização era bastante desenvolvida e a cultura grega bastante difundida nos reinos helenísticos, cultura esta que, inclusive, vinha influenciando a *Urbs* desde os primeiros contatos com as cidades da Magna Grécia. Assim, os elementos que Roma oferecia às suas províncias ocidentais não significavam ali os mesmos atrativos, por essa razão “o mundo grego se mostrou pouco suscetível à influência cultural romana” (GARNSEY & SALLER, 1991, p. 237). Isso demonstra também os limites da

³ Grifo nosso.

ideia tradicional de “romanização” para o estudo das relações entre o Império e as províncias orientais, onde, acrescentamos, ocorriam também os processos de hibridização que destacamos no Ocidente.

Portanto, a partir dos autores citados podemos conceber a integração como um conceito amplo capaz de compreender os aspectos positivos, negativos e contraditórios do mundo romano. Naquela época, a prosperidade das elites convivia com a desigualdade social, os discursos e a propaganda de Roma propunham ações que buscavam forjar sentimentos de pertencimento a uma identidade imperial comum, que tinha como efeito colateral o acirramento da afirmação de identidades locais como forma de reação. Diante disso, o conceito de integração presente em nossa pesquisa entende o Império Romano como um espaço de interação, trocas culturais, resistências e relações de poder.

Devemos também ressaltar aqui que o mundo greco-romano possuía uma concepção que pode nos ajudar a aproximar o debate sobre a integração com o contexto do mundo imperial. Trata-se da ideia de *oikoumene* ou ecumenismo, que designava a busca de unidade entre os povos, pois em seu sentido primitivo, o termo grego *οἰκουμένη* expressava a ideia de “terra habitada”, no sentido de povos civilizados com uma postura cultural aberta. Para os romanos, a noção de *oikoumene* compreendia uma construção política que reunia todo o Império, sobre o qual impunham domínio absoluto (HIDALGO DE LA VEGA, 2005, p. 273). A definição que esta autora propõe para a ideia de ecumenismo antigo reforça a coerência abordagem do Império Romano como espaço de integração conforme apontamos acima. Segundo ela,

No conceito de ecumenismo político antigo está implícito uma série de temas e aspectos de grande

complexidade como a unidade da humanidade no pensamento antigo, a ideia de desenvolvimento, progresso e evolução; porém, também é um conceito que implica conquista de territórios, povos e sociedades, além de estabelecer atitudes complexas e contraditórias com os bárbaros conquistados e não conquistados, relações interestatais, etc. Implica domínio, hegemonia, formas de governo autocráticos e autoritários, exclusão, discriminação e demonização das diversas formas de alteridades e suas manifestações (HIDALGO DE LA VEGA, 2005, p. 274).

Assim, a ideia de integração justaposta a de ecumenismo demonstra que nossa proposta de análise do livro 10 das cartas de Plínio e Trajano tem a possibilidade de uma aproximação com as questões daquele período. Porém, devemos acrescentar ainda outro aspecto presente no Império Romano, a filosofia estoica, que fornecia elementos para promover a integração do mundo imperial a partir da concepção de ecumenismo. O estoicismo foi uma corrente de pensamento surgida no mundo grego entre os séculos IV e III a.C. e reunia interesses que envolviam a física, a lógica e a moral. A filosofia do Pórtico⁴, como também era chamada, alcançou os romanos na época da República e passou influenciar as atitudes dos homens públicos e suas ações políticas a frente do Estado, tendo um papel importante nas transformações que levaram ao estabelecimento e manutenção do sistema imperial romano.

Considerações finais

Durante o período do Império Romano o aspecto da *Stoa* que mais

⁴ Os estoicos costumavam ensinar em construções características das cidades greco-romanas compostas por um corredor de colunas coberto, ou seja, pórticos, em grego *Στοα*, *Stoa*, daí veio o nome de estoicismo ou filosofia do Pórtico.

contribuiu para o processo que aqui chamamos de integração foi seu caráter universalista e cosmopolita que concebia os homens como cidadãos, não de cidades, mas do cosmos (VEYNE, 1992, p. 288). Essa visão, fruto do contexto helenístico em que a filosofia nasceu e do contexto imperial que aumentou sua difusão, contribuiu para o aumento da participação de provinciais nas decisões políticas do Império, pois mitigava o conservadorismo senatorial em relação aos membros das elites locais. Foi por meio dessa condição que um imperador hispânico como Trajano pode ser saudado diante da cúria: “quem deve comandar a todos deve ser escolhido entre todos” (Plínio, o Jovem, *Panegyricus*, 7. 6). Assim, o pensamento estoico contribuía para uma explicação humanística do mundo romano, que buscava uma relação ecumênica entre as culturas da bacia do Mediterrâneo, já que concebia o mundo como um *logos* divino que tudo integrava. Segundo essa concepção, o espaço controlado pelos romanos era entendido como um universo a ser cada vez mais integrado, com o poder imperial devendo respeitar acordos e concessões, além de oferecer novos benefícios aos súditos que viviam sob seu governo. Tal conduta, expressa nas concessões de cidadania aos provinciais, incrementava a integração com a equiparação jurídica que favorecia um processo de superação dos limites da mentalidade do *civis romanus*, o cidadão romano, em nome do estabelecimento do *homo romanus*, o homem romano (CIZEK, 1983, p. 190). Em suma, a valorização de uma atitude ecumênica coerente com o universalismo estoico e com a noção de *humanitas*, que durante o Principado promovia a relativização de ideias conservadoras da aristocracia de Roma, amparava a aceitação do *homo romanus*. Ocorria assim o surgimento de um novo modelo de cidadão que não estava mais circunscrito às tradições da *Urbs*, e por isso adaptado à realidade mais ampla do espaço imperial.

Referências

- BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da Org. **Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006, p. 109-136.
- GARNSEY, Peter; SALLER, Richard P. **El Império Romano: Economía, sociedad y cultura**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare nostrum*. N.º. 1, 2010, pp 113-127.
- _____. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2014.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HIDALGO DE LA VEJA, María José. Algunas reflexiones sobre los límites del *olkoumene* em el Imperio Romano. **Gerión**, Madrid, vol. 23, p. 271-285.
- HINGLEY, Richard. **Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire**. Abington: Routledge, 2005.
- _____. Globalization and Roman Empire: the genealogy of “Empire”. **Semata**, Santiago de Compostela, vol. 23, p. 99-113, 2011.
- MENDES, Norma Musco. Império e romanização: “estratégias”, dominação e colapso. **Brathair**, São Luís, vol. 1, p. 25-48, 2007.
- NOREÑA, Carlos F. The early imperia monarchy. In: BARCHIESI, Alessandro; SCHEIDEL, Walter. **The Oxford handbook of roman studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 533-546.
- TOVAR, Antonio, BLÁZQUÉZ, José María Martínez. **Historia de la Hispania romana**. Madrid: Alianza Editorial, 1975.
- VEYNE, Paul. *Humanitas*: romanos e não romanos. In: GIARDINA, Andrea. **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992, p. 283-302.
- WOOLF, Greg. **Rome: an empire’s story**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- _____. Cultural change in Roman Antiquity: observations on agency. **Kodai**, Tokyo, vol. 14, p. 157-167, 2004.
- ZUCKERMANN, Léa. Essai sur les fonctions des procurateurs de la province de Bithynie-Pont sous le Haut-Empire. **Revue belge de philologie et d’histoire**. Tome 46 fasc. 1, p. 42-58, 1968.